

N. 15 JAN 2019

ret ratos
A REVISTA DO IBGE

ENTREVISTA COM O
PRESIDENTE DO IBGE:
ESTATÍSTICAS COM MAIS
EFICIÊNCIA E MENOR CUSTO

OS IMPRESSIONANTES
NÚMEROS POR TRÁS
DE UM CENSO

CONVIVÊNCIA E
SUSTENTABILIDADE
NAS ECOVILAS

A photograph of three women standing in a lush palm grove. They are carrying large, round, woven baskets on their heads. The woman on the left is wearing a white t-shirt and a blue patterned skirt. The woman in the middle is wearing a purple top and a blue and white striped skirt. The woman on the right is wearing a dark blue tank top and a blue patterned skirt. They are surrounded by tall palm trees and dense green foliage.

senhoras
das
palmeiras



i

4
um retrato
mais apurado
do país



g

14
mais perto
da natureza



6
o valor
do censo

i



8
donas das
árvores

b



e

22
cinema
dentro
e fora
das salas

O ano começa com o Brasil envolvido nos preparativos para em 2020 realizar mais um Censo Demográfico. Mas qual a importância dessa grande pesquisa que envolve o emprego de recursos públicos e o trabalho de muita gente? Para responder a essa pergunta, a Retratos traz nesta edição uma matéria que mostra como os dados coletados em um recenseamento são utilizados pelo governo e pela sociedade. O Censo impressiona tanto pelos números relativos à sua operacionalização, como pela relevância das informações que disponibiliza para o país.

Além dos resultados do Censo 2020, a atualização da legislação estatística nacional e a ampliação do uso de registros administrativos na produção das estatísticas oficiais são iniciativas que vão ajudar a melhorar o retrato do Brasil. A meta, como mostra a entrevista com Roberto Olinto Ramos, presidente do IBGE, é produzir mais informações, com menor custo e mais eficiência.

Apurar nosso retrato é observar cada vez mais as diversas realidades presentes no país, como é o caso das comunidades tradicionais presentes em várias partes do território brasileiro. Por isso, depois de falar sobre os Quilombolas (Retratos nº 2) e os Yanomami (Retratos nº 14), nossa equipe preparou uma reportagem sobre as quebradeiras de coco babaçu: um grupo de mulheres que perpetuam uma tradição na zona rural do município maranhense de Bacabal, localizado a cerca de 250 quilômetros da capital, São Luís.

Nesse retrato também há espaço para o novo: o contraste entre o envelhecimento no perfil dos produtores que atuam na agricultura familiar e o perfil dos jovens que deixam a cidade grande para resgatar o contato com a natureza e viver nas chamadas ecovilas.

E por falar em mudanças, apesar de ter perdido muitas de suas salas de exibição, o cinema se atualizou, buscando novas formas de exibição e de se relacionar com o público. Por fim, vale conhecer a experiência de dois angolanos que vestiram a camisa do IBGE. Boa leitura!

Equipe da redação

EXPEDIENTE

Presidente

Roberto Olinto Ramos

Diretor-Executivo

Fernando José de Araújo Abrantes

Diretoria de Pesquisas

Cláudio Crespo

Diretoria de Geociências

João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática

José Sant' Anna Bevilacqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação de Comunicação Social

Diana Paula de Souza

Editor

Marcelo Benedicto

Editora assistente

Marília Loschi

Editora de arte

Simone Mello

Editora de fotografia

Lícia Rubinstein

Projeto gráfico

Helga Szpiz e Simone Mello

Reportagem

Adelina Bracco, Camille Perissé, Diana Paula de Souza, Leandro Santos, Marcelo Benedicto, Marília Loschi, Mônica Marli e Pedro Renaux

Editoração eletrônica

Simone Mello

Foto de capa

Peter Caton

Fotografia

Acervo ISPN/Peter Caton, Camerindo Ferreira Máximo/Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, Jonathan Lins, Leandro Santos, Lícia Rubinstein, Pedro Vidal e Peter Caton

Ilustração

Selene Fortini/ISPN

Tratamento de imagens

Lícia Rubinstein

Logística de distribuição

Helena Pontes

Colaboradores

Irene Gomes, Instituto Sociedade População Natureza (ISPN) e Luiz Bello

Revisão de textos

Marília Loschi

Impressão

Alter Gráfica e Editora Eireli-me

Tiragem

30.000 exemplares

ISSN

22595-0800

Retratos a Revista do IBGE é uma publicação mensal do Instituto para distribuição interna e externa.

A publicação não é comercializada.

Todos os direitos são reservados.

Caso queira reproduzir as matérias e as imagens desta edição, entre em contato através do nosso e-mail.

A publicação das informações individuais na Retratos foi autorizada pelos entrevistados.

Críticas e sugestões: revistaretratos@ibge.gov.br

ERRAMOS: Na página 24 da Retratos nº 14, no item Trabalho Infantil, faltaram os totais das faixas etárias 14-15 anos e 16-17 anos, que são 430 mil e 1,2 milhões, respectivamente.



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Avenida Franklin Roosevelt, 166 sala 900 A - Centro - Rio de Janeiro - RJ 20021-120



um retrato mais apurado do país

texto Diana Paula de Souza e Marcelo Benedicto
foto Licia Rubinstein
design Simone Mello

Mais informações sobre o Brasil, com menor custo e mais eficiência são alguns dos motivos para se buscar um sistema estatístico nacional mais moderno e integrado. Para isso, segundo o presidente do IBGE, Roberto Olinto Ramos, o país precisa atualizar sua legislação estatística e avançar no uso de registros administrativos na produção das estatísticas oficiais.

Revista Retratos Diversos países do mundo já fazem uso intensivo de registros administrativos na produção de estatísticas. Como o IBGE se coloca nessa questão?

Roberto Olinto Ramos Atrasado em termos. A gente já tem experiência de usar registros administrativos na área de contas nacionais, sempre através de convênios, por exemplo, com o Banco Central do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional. Temos um convênio com a Secretaria da Receita Federal para usar os dados da declaração de Imposto de Renda de pessoa jurídica nas Contas Nacionais. Esse é um exemplo de solução parcial porque nós recebemos os dados agregados.

Revista Retratos Como deveriam ser esses dados?

Roberto Olinto Ramos [A questão é saber se] estou acessando o dado para me ajudar na análise, para complementar uma pesquisa,

ou estou acessando o dado para substituir uma pesquisa. A ideia do registro administrativo, e isso inclusive está no projeto de lei extraordinária proposto pelo IBGE, é que nós possamos ter acesso aos dados e microdados, se necessário, para que possamos gerar estatísticas. Por que isso? Porque nós do IBGE temos que estabelecer a lógica da produção de estatísticas com o produtor dos microdados.

Revista Retratos Quais são as vantagens de o IBGE usar os registros administrativos?

Roberto Olinto Ramos A lógica do uso do registro administrativo é diminuir a carga do informante. Não ir duas, três vezes ao mesmo informante. É diminuir o custo do IBGE. Ao não precisar mais ir a campo, estamos economizando dinheiro. Por outro lado, podemos aumentar o serviço estatístico, o microdado nos permitiria fazer mais estatísticas do que já fazemos.

Revista Retratos Então, você disse que estamos atrasados porque o resto do mundo já faz um uso intensivo desses registros.

Roberto Olinto Ramos O avanço do sistema de estatística no resto do mundo está se dando em duas etapas. Você sai do processo clássico de coleta de dados, via censos, via amostragem, e acrescenta a esse processo o uso de registro administrativo. O próximo passo que esses institutos e os organismos internacionais estão discutindo é o uso do Big Data. Ou seja, como nós

vamos trabalhar com instrumentos de busca ou de processamento em alta velocidade para a produção de estatísticas oficiais. O mundo hoje está discutindo o uso do Big Data e a gente ainda está discutindo o acesso ao registro administrativo. Por isso eu digo que estamos atrasados.

Revista Retratos Quais pesquisas do IBGE poderiam utilizar esses registros? O Censo Demográfico seria um bom exemplo?

Roberto Olinto Ramos A gente ainda não é como a Suécia e a Noruega que acabaram com o Censo. Terminar com o Censo [e passar a usar] o registro [administrativo] significa ter uma identificação de cada pessoa, um número único, alguma coisa que registre, por exemplo, a mobilidade dessa pessoa. No entanto, mesmo nesse caso, você não tem informações, por exemplo, sobre o tipo de domicílio, a renda dessa pessoa. Isso ainda teria que ser obtido. Isso poderia ser obtido, por exemplo, no Imposto de Renda da pessoa física, mas ainda faltaria toda a parte da informalidade, que no Brasil ainda é grande.

Revista Retratos Os registros administrativos e o Big Data são frutos de uma transformação tecnológica recente, mas a legislação estatística brasileira é da década de 1970. Em quais aspectos essa legislação precisa ser modernizada?

Roberto Olinto Ramos A gente analisou muito esse ano a legislação, o IBGE inteiro recebeu a lei genérica da União Europeia

e, no final, a gente observou que [nossa] legislação de 1974 é bastante completa. O que ela necessita é de algumas definições ou regulamentações. Como na época isso não se colocava, ela é omissa no acesso ao microdado. Essa é uma das leis extraordinárias que estamos fazendo. Agora, ela define muito bem que o IBGE é o coordenador do sistema estatístico e que [o país] tem que ter um plano geral de informações estatísticas e geográficas. Mas ela não diz como se compõe o sistema estatístico nacional. E no plano geral de informação, ela diz as pesquisas, a periodicidade, mas não diz qual é o órgão responsável.

Revista Retratos Em que pé estão essas discussões?

Roberto Olinto Ramos Nós temos que retomar e definir quem é membro do sistema [estatístico], definir um plano e começar a discutir coisas como: se os produtores vão trabalhar com determinados padrões estabelecidos, registro de metadados, classificações comuns, compartilhamento de informações ou divisão de tarefas. Por exemplo, a gente tem uma pesquisa de victimização planejada, com a área de segurança e defesa, mas que tem que ser discutida dentro desse contexto: qual é o papel das informações dos registros administrativos sobre violência, sobre as questões penitenciárias, para que se tenha informações completas sobre a área. Esse é o grande desafio atual e é urgente. ■

o valor do censo

texto Marcelo Benedicto e Marília Loschi

design Simone Mello

colaboração Luiz Bello

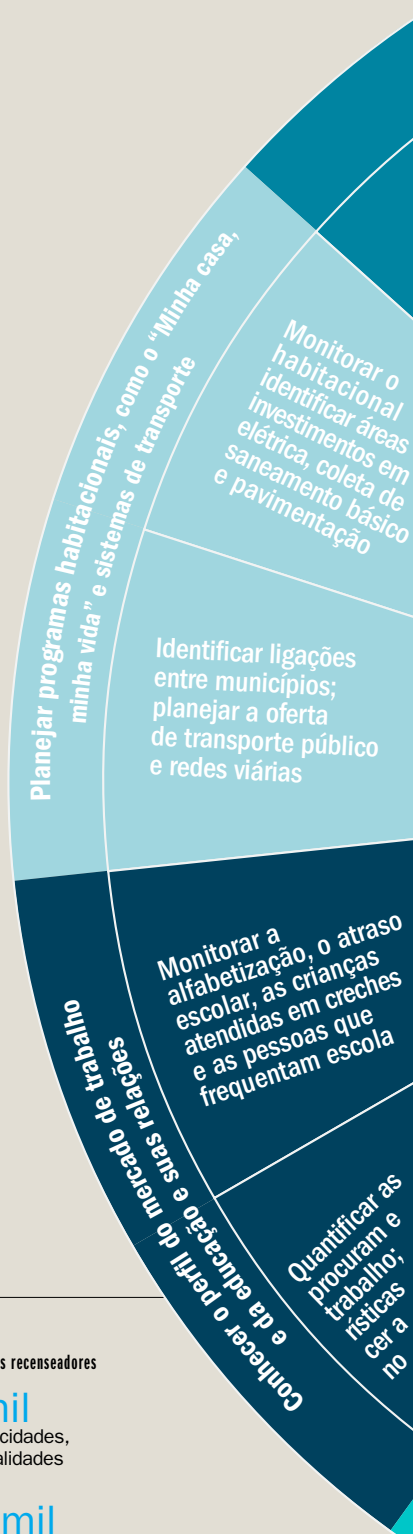
cada dez anos, os censos demográficos produzem informações que atualizam o retrato do país. Em 2020, recenseadores do IBGE vão percorrer todo o território nacional, de domicílio em domicílio, para coletar dados sobre a população. Com isso, o Brasil vai dispor de informações necessárias para conhecer as características das pessoas e de suas residências, planejar políticas públicas e o investimento de seus recursos.

Os números do Censo impressionam, em especial o quantitativo de pessoas envolvidas na operação e seu orçamento. Porém, o que impressiona ainda mais é a relevância dos temas investigados para as

tomadas de decisão do poder público e da iniciativa privada.

O diagrama ao lado traz exemplos de alguns desses usos, tendo como referência os temas pesquisados no Censo 2010 - os quais, em grande parte, estarão presentes nos questionários do Censo 2020.

O tema “sexo e idade dos moradores”, por exemplo, levanta o total de moradores do país e sua distribuição pelo território, informações que são referências básicas para outros temas do Censo, para o desenho de políticas governamentais e para a distribuição de recursos federais entre estados e municípios. ■



censo em números

INVESTIMENTO

R\$ 3,4 bilhões

o equivalente a
R\$ 16
por habitante

em uma população estimada em
212,2 milhões
de pessoas em 2020

ESTRUTURA DE TRABALHO

previsão de mais de
250 mil
pessoas contratadas
temporariamente

aproximadamente
70 milhões
de endereços a serem visitados

5570 municípios

7600
postos de coleta municipais

1680
coordenações regionais

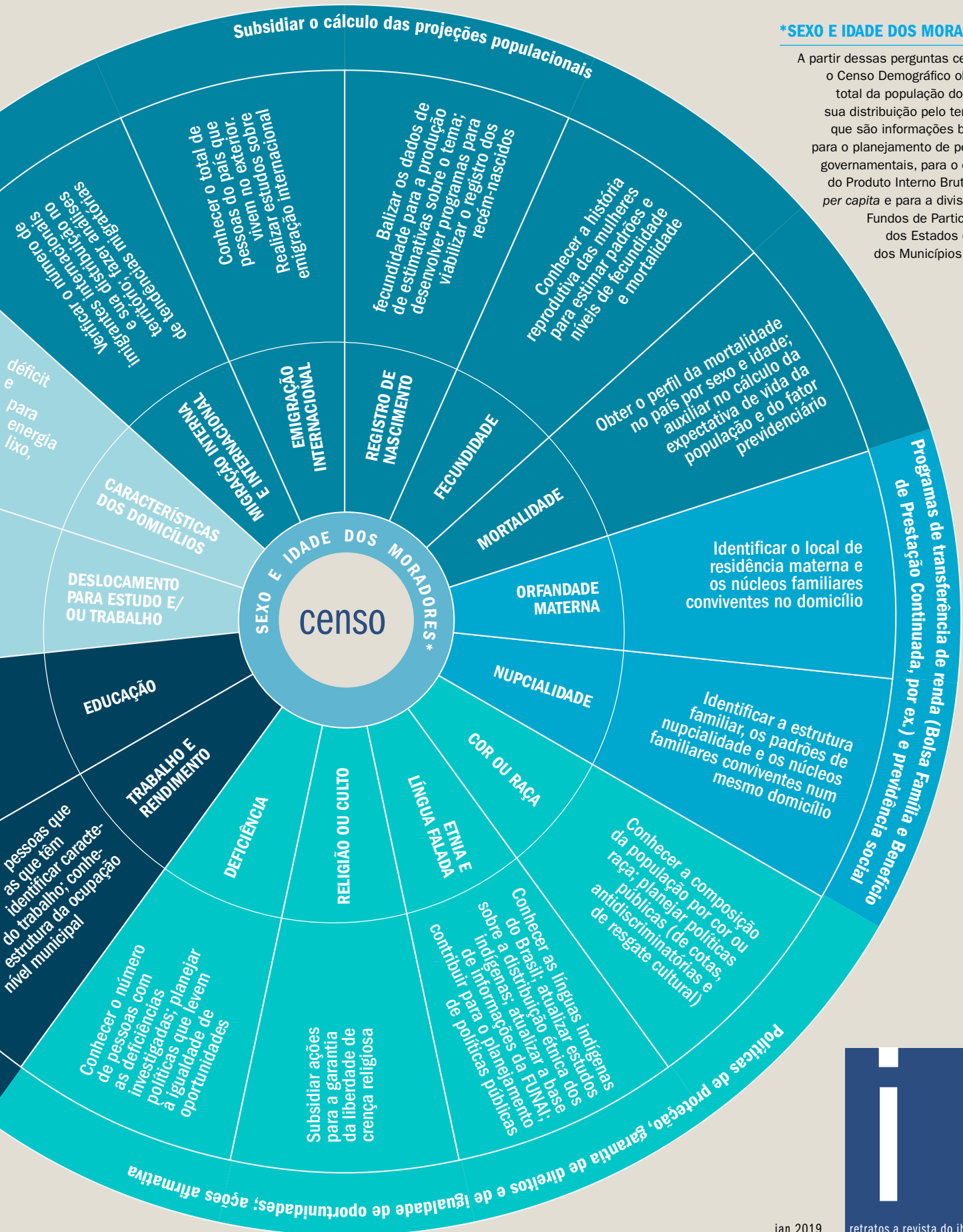
583
agências do IBGE

MAPAS

para orientar os recenseadores

30 mil
mapas de cidades,
vilas e localidades

420 mil
arquivos digitais
e impressos
dos setores censitários



***SEXO E IDADE DOS MORADORES**

A partir dessas perguntas centrais, o Censo Demográfico obtém o total da população do país e sua distribuição pelo território, que são informações básicas para o planejamento de políticas governamentais, para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e para a divisão dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

donas das árvores

COM MAIS DE 60 ANOS, QUEBRADEIRAS DE COCO
AINDA ESTÃO NA ATIVIDADE EM BACABAL

Mesmo com idade avançada, as quebradeiras de coco babaçu no interior do Maranhão ainda exercem o ofício, superando as limitações impostas pelo corpo. A extração do produto é a principal fonte de renda dessas mulheres

texto Leandro Santos e
Marília Loschi

fotos Acervo ISPN/Peter
Caton, Leandro Santos e
Peter Caton

design Simone Mello

ilustrações Selene Fortini

A white lowercase letter 'b' is centered within a solid purple square.





Selene Fortini/ISPN

na zona rural do município maranhense de Bacabal, a cerca de 250 quilômetros da capital, São Luís, está o povoado Aldeia do Odino, onde as mulheres perpetuam uma tradição: desde crianças até senhoras de mais de 60 anos de idade, as quebradeiras de coco babaçu contribuem para que o Maranhão seja o estado com a maior extração de amêndoa desse tipo de coco no país. Segundo a Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), do IBGE, o estado é responsável por 93% da amêndoa de coco babaçu extraída em todo o Brasil.

Enormes pilhas do produto podem ser vistas na frente das casas, esperando para serem quebrados e ter a amêndoa extraída e comercializada. Maria da Paz da Silva, 65 anos de idade, é quebradeira de coco desde os cinco anos. Mesmo afastada das atividades por problemas de saúde, volta e meia ela insiste. “Tem dia que o braço não levanta mais, mas de vez em quando ainda quebro uns dois ou três quilos”, relata a aposentada, que criou seus

filhos, netos e bisnetos com essa renda. “Coco no mato e machado na mão. Era o que eu tinha para criar os meus filhos”, relata Dona Maria.

Como ela já não mais atua tão diretamente na extração do coco, os laços de Dona Maria com a comunidade se mantêm através do trabalho voluntário. “Hoje meu trabalho maior é cuidar do povo, ajudando a comunidade a se desenvolver. Tenho vontade de montar um clube de mães: já tenho um começo e quero levar para frente”.

O conhecimento é passado de geração em geração e a questão de gênero é central. “A atividade é exercida quase exclusivamente por mulheres. As meninas aprendem desde cedo a lidar com o coco acompanhando suas mães, desde a coleta dentro das fazendas, ao carregar para casa e à quebra do coco para tirar a amêndoa”, explica Marta Antunes, pesquisadora do IBGE.

DONAS DAS ÁRVORES

As quebradeiras de coco são uma das quinze identidades

étnicas brasileiras reconhecidas como comunidades tradicionais e, portanto, merecem proteção de seu modo de vida por parte do Estado. Mas suas conquistas nasceram, principalmente, da articulação das próprias mulheres da região, através do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que contempla os estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. A maior conquista do movimento foi a criação de uma lei municipal, conhecida como Lei do Babaçu Livre, que nasceu em Lago do Junco, no Maranhão, e se espalhou por vários outros municípios.

As leis do babaçu livre deram às mulheres direitos sobre as palmeiras independentemente da terra onde se localizassem. Na luta por sua implementação, as mulheres alegaram que, antes do direito à propriedade privada, estava o direito à vida. “Antes da lei elas faziam ‘empates’, ou seja, se colocavam na frente das palmeiras com os filhos em volta. Falavam que cada palmeira



Utilidades

Toda a planta é aproveitada como fonte de renda nos povoados: a lenha é usada na construção ou como adubo, quando apodrecida; a farinha do mesocarpo de babaçu é rica em amidos e sais minerais; da casca do coco produzem-se carvão e palha para artesanato. O óleo extraído da amêndoa do coco é um dos produtos mais utilizados dentre os derivados do babaçu, usado na culinária, em cosméticos e como lubrificante, além de ser estudado em pesquisas científicas para a fabricação de biocombustíveis. Dados relacionados à extração do coco babaçu constarão na divulgação dos resultados do Censo Agropecuário do IBGE ao longo de 2019.



Produtividade

Dados da Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) do IBGE mostram que, em 2017, o Brasil produziu 54.330 toneladas de amêndoa de coco babaçu no Brasil. Cerca de 93% desse total teve origem no Maranhão, com 50.476 toneladas. O segundo maior produtor, Piauí, produziu 3.366 toneladas e o terceiro, Tocantins, produziu 304 toneladas. O município de Bacabal ocupou, em 2017, a quarta posição entre os maiores produtores da amêndoa de babaçu. Foram 2.317 toneladas produzidas naquele ano, atrás apenas dos municípios de Vargem Grande (4.344 t), Pedreiras (3.290 t) e Poção de Pedras (2.671 t).

Nos municípios com a Lei do Babaçu Livre, os fazendeiros permitem a entrada das mulheres em suas fazendas sem negociação e ficam proibidos de derrubar as palmeiras e usar agrotóxicos

que matavam era uma mãe de família que caía junto”, conta Marta Antunes.

Nos municípios com a Lei do Babaçu Livre, os fazendeiros permitem a entrada das mulheres em suas fazendas sem negociação nenhuma e eles ficam proibidos de derrubar as palmeiras e usar agrotóxicos. Marta explica que a legislação garante que os fazendeiros mantenham uma distância mínima entre as palmeiras e deixem adultas e jovens para renovar. Queimar coco inteiro passou a ser proibido e cortar a palmeira e o cacho de cocos também, aumentando a disponibilidade de coco e diminuindo a distância percorrida pelas mulheres. “Toda essa organização aumentou o preço da amêndoa”, comenta a pesquisadora do IBGE.

Entretanto, a lei do Babaçu Livre ainda não chegou a Bacabal e o manejo do coco babaçu compensa cada vez menos na região. Aos 64 anos, Maria das Graças Pereira fatura cerca de 50 reais por dia com a extração e venda da amêndoa, quebran-

do de 15 a 20 quilos do coco todos os dias. A senhorinha aprendeu tudo o que sabe com sua mãe e, desde os dez anos de idade, faz parte do grupo de quebradeiras de coco da região.


Maria das Graças conta que, em épocas anteriores, esse valor era bem maior. Foi com esse dinheiro que ela conseguiu criar seus nove filhos e ainda hoje consegue ajudar na educação dos netos e bisnetos. Suas mãos calejadas são as evidências de que ainda hoje a atividade faz parte da sua rotina. “Pegamos o coco, quebramos e depois vendemos para o barraqueiro. Aqui ninguém para”, diz.

A aposta da região é o Projeto Floresta de Babaçu em Pé, também articulado pelo MIQCB, com objetivo de organizar as quebradeiras para que conheçam e lutem por seus direitos, inclusive pela implantação da Lei do Babaçu Livre. O projeto prevê, ainda, a criação do Fundo Babaçu, com recursos financeiros para a melhoria das condições de vida das famílias agroextrativistas. ■

Foto

As quebradeiras de coco babaçu de Bacabal, Maria das Graças Pereira e Maria da Paz da Silva, perpetuadoras de uma tradição



A lush green forest with a small stream flowing over rocks. The water is clear and reflects the surrounding greenery. The rocks are large and grey, creating a natural barrier for the water. The background is filled with dense foliage, including tall trees and various shrubs.

A agricultura de base familiar testemunha o envelhecimento no perfil dos produtores. Mas se, por um lado, existem dificuldades para atrair ou manter os mais jovens no campo, o inverso também ocorre: pessoas jovens, de diferentes perfis, que deixam a cidade grande para resgatar o contato com a natureza e viver com sustentabilidade. É esse o perfil dos que buscam as ecovilas, um fenômeno que vem crescendo aos poucos, sinalizando novas possibilidades de convivência.

mais perto da natureza

texto Camille Perissé e Marília Loschi

fotos Pedro Vidal e Licia Rubisntein

design Simone Mello



Projetos de moradia coletiva, preocupação com o meio ambiente, produção de culturas orgânicas e construção civil com materiais alternativos. “Ecovila” é o nome que tem sido dado desde a década de 1990 a um estilo de vida e organização que pode abarcar todas essas tendências, ou algumas delas combinadas. No Brasil, há cada vez mais comunidades que se autodenominam desse modo, o que traz novos desafios ao IBGE para retratar o país nos censos agropecuário e demográfico.

Pesquisadores nacionais e internacionais classificam as ecovilas como um tipo de “comunidade intencional”. De acordo com Maria Accioly, doutora em Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as comunidades intencionais são grupos de pessoas que deliberadamente escolhem fazer um projeto juntos, procuram uma terra, se instalam e realizam esse projeto. “As ecovilas podem ser consideradas um tipo de comunidade intencional específico, que responde geralmente a questões de sustentabilidade ecológica, mas não apenas”, comenta a pesquisadora.

Produção própria

Na ecovila Goura Vrindávana, há uma variedade de hortaliças, plantas medicinais, flores, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), frutas e legumes para consumo da comunidade.

Gabriel Siqueira mora com esposa e filhos numa ecovila no litoral norte de Ilhéus, na Bahia, e faz de seu estilo de vida um objeto de estudo e de trabalho. Com mestrado em administração, é especialista em gestão de ecovilas e dá cursos e consultorias na área. Sua inquietação é responder à pergunta: afinal, por que tantas pessoas, geralmente de classe média ou alta, abrem mão de seu conforto, de seus privilégios, para ir buscar outra vida na zona rural?

“As motivações acho que são múltiplas”, pondera Gabriel. “Boa parte é uma insatisfação com a vida pessoal e também, em muitos casos, com o sistema, com a sociedade”. Entretanto, os “neorrurais” – é como ele chama as pessoas que têm deixado suas vidas na cidade para viver em ecovilas rurais – precisam estar cientes das dificuldades de percurso. Gabriel considera que a adaptação do meio urbano para o mundo rural nunca é fácil, seja por falta de familiaridade com a vida longe dos centros urbanos, seja pelos desafios de gerar renda no campo. “Quem tem mais grana pode compensar sua dificuldade em trabalhar com a terra contratando



outras pessoas. Tem as pessoas que vão aprendendo aos trancos e barrancos mesmo, bolha na mão, queimando a cara no sol”, conta.

A pesquisadora do IBGE Maria Monica O’Neill observa estar havendo maior deslocamento de pessoas urbanas para o campo pelos mais diversos motivos. “Não podemos falar de ‘êxodo urbano’, pois não há



Lígia Rubinstein

dados que mostrem isso. Mas já existe uma tendência mundial de opção por morar mais longe dos centros urbanos, com deslocamento de cerca de duas horas até o trabalho, por exemplo”. Para Monica, esta análise precisa ser feita com cautela no Brasil. “Os dados de deslocamento e migração do Censo Demográfico de 2020 permitirão a análise desses temas”, observa.

GOURA-VRINDÁVANA: SUSTENTABILIDADE E ESPIRITUALIDADE

Vida simples e pensamento elevado: este é o lema que une os moradores e visitantes do Ashram & Ecovila Goura-Vrindávana, na cidade de Paraty, RJ, nos limites da Serra da Bocaina. Mais de dois terços de sua propriedade são cobertos por florestas. Entre as atividades desenvolvidas na

ecovila estão a proteção de bovinos (animais criados para dar leite, não para corte), construções e cursos sobre o uso do bambu, agroecologia e geração de eletricidade. Lá vivem cerca de vinte pessoas, incluindo crianças, mas o número flutua de acordo com o movimento dos voluntários e hóspedes da pousada que ocupa o mesmo terreno e é administrada separadamente.

O diferencial de Goura está no próprio nome: além de ecovila, é um *ashram*, palavra derivada do sânscrito que denota refúgio espiritual. A comunidade tem como base a filosofia Hare Krishna, uma tradição religiosa que chegou ao Brasil através dos ensinamentos do guru indiano Srila Prabhupada nos anos 1970 e que pratica a devoção ao deus hindu Krishna.

Os Hare Krishna seguem princípios como a dieta lactovegetariana e vedação de uso de qualquer tipo de droga, álcool ou cigarro. Na ecovila, não é obrigatório ser um devoto, mas a observação desses princípios é imprescindível. Por isto, para fazer parte da comunidade é preciso passar por um período de experiência – o que é comum na maioria das comunidades intencionais. “Temos esquema de voluntariado para as pessoas ficarem alguns dias”, explica Vraja Lila, bióloga, moradora de Goura. Nessa modalidade, a pessoa colabora com uma diária que cubra os gastos básicos e se compromete com algumas horas de serviço por dia. “Pesquisamos esse modelo em diferentes ecovilas”, diz Vraja Lila.

“Aqui nós temos o ambiente mais adequado para a prática espiritual: vida simples e pensamento elevado”

Swami Purushatraya, mentor espiritual da ecovila e *ashram* Goura-Vrindávana

O mentor espiritual da comunidade é também o morador mais antigo. Swami Purushatraya, como é conhecido, vive em Goura há mais de vinte anos, entremeados por constantes peregrinações à Índia em busca de conhecimento. Sua vivência mostra, na prática, o que os pesquisadores das ecovilas vêm apontando: além da questão da sustentabilidade, as ecovilas se preocupam com uma visão integrada que inclui questões sociais e princípios éticos. “O termo que se usa nesse meio alternativo é que tem que ter uma cola”, explica Swami. “Então, nossa cola para juntar as pessoas é o interesse pela prática espiritual, chamada ‘bhakti yoga’. As pessoas falam de desenvolvimento sustentável em relação à natureza sem

perceber que a vida das pessoas na maioria dos casos não é sustentável. Elas perderam a visão filosófica da vida. Aqui nós temos o ambiente mais adequado para essa prática espiritual: vida simples e pensamento elevado”.

MURIQUIASSU, UMA ECOVILA EM CONSTRUÇÃO

No bairro de Muriqui, Niterói, RJ, a ecovila Muriquiassu é um projeto iniciado há quatro anos pelo casal Wilson Dias e Eloína Pimentel. No momento, estão construindo o que será a sede da ecovila e, para isto, alugaram uma casa ao lado do terreno e abriram vagas para voluntariado. De 2016 para cá, estimam já terem passado mais de cem voluntários pela casa.

O casal idealiza um projeto de bioconstrução no terreno de um hectare, sendo que metade disto pertence à Reserva Ecológica Darcy Ribeiro, também em Niterói. As casas estão sendo construídas com materiais em sua maior parte não-industrializados, como bloco de adobe, hiperadobe (terra ensacada), pau-a-pique, barro queimado, reboco fino, *cordwood* (lenha). Plantam bananeira, árvores frutíferas, feijão, gengibre, inhame, tomate, aipim, alface e planejam ter cisternas ecológi-

Fotos

As touceiras de bambu foram plantadas há mais de 20 anos pelo guia espiritual de Goura Vrindávana e fornecem matéria-prima para construção de várias estruturas na comunidade. Conta-se que a atividade preferida de Krishna é cuidar de vacas, por isto elas têm grande importância para os devotos. Todas têm nome, parentesco e história; seu leite tem especial valor espiritual e a manteiga clarificada (*ghee*) é importante em todos os rituais.





Pedro Vidal



Pedro Vidal

Wilson Dias se apaixonou pelas ideias de permacultura e bioconstrução que norteiam o projeto da ecovila Muriquiassu. As casas estão sendo construídas com materiais não-industrializados, como hiperadobe (terra ensacada), e já têm uma plantação diversificada e criação orgânica de galinhas.

cas, com captação de água da chuva. Além disso, têm uma criação orgânica de galinhas e produzem desinfetante natural e sabão. Hoje, o objetivo é construir oito casas e o pré-requisito para participar do grupo é que todos sigam um estatuto permacultural.

Wilson conta que Muriquiassu nasceu da intenção de fazer um condomínio ecológico voltado para o mercado. “Mas se você pesquisar o que tem de ecológico no mercado, é só uma ‘pincelada’”, analisa. Ao estudar sobre permacultura, ele abandonou a ideia inicial e quis construir coletivamente todas as casas com técnicas de bioconstrução. Empresário, perdeu os investidores e sócios no projeto, mas ganhou o voluntariado. A esposa Eloína reduziu as atividades como advogada para se dedicar a Muriquiassu. Ela diz que a permacultura já está no seu DNA: “Vem dos meus avós, meu pai, esse amor pela terra, pelas plantas. Isso encanta, dá muito mais sentido de viver do que advocacia, tribunal, corrupção”.

MUDANÇAS NO PERFIL NA PRODUÇÃO FAMILIAR

As memórias de Eloína remetem à infância, frequentando

a casa dos avós, na fazenda. Lá se fabricavam farinha, açúcar mascavo, rapadura. Comia-se o que se plantava. Essa vida mudou aos dezoito anos, quando saiu para estudar. Vivendo na cidade, ela teve um sítio como refúgio e chegou a morar numa comunidade cristã por vinte anos. Entretanto, para terminar a educação dos filhos, teve de retornar à cidade.

O perfil das ecovilas é de pessoas jovens – casais grávidos ou com filhos, querendo criá-los de forma diferente. Entretanto, é justamente a população mais jovem que tem deixado os estabelecimentos agropecuários, geralmente em busca de melhores oportunidades de trabalho e de formação profissional.

Entre os produtores na agricultura familiar, a dificuldade de reter as novas gerações é objeto de preocupação. “Essa tendência já acontece há algum tempo”, analisa a pesquisadora Maria Monica O’Neill. “Se o produtor rural pode dar uma formação melhor para o filho, ele sai e nem sempre volta [a trabalhar na agricultura]”.

Nesse contexto, é necessário diferenciar os perfis de quem sobrevive há gerações na agricultura familiar e quem chega para viver nas ecovilas

rurais. De acordo com Censo Agropecuário 2017 do IBGE, houve mais envelhecimento do que renovação na mão-de-obra na agropecuária em relação a 2006. Na agricultura de base familiar, quase metade dos trabalhadores tem de 45 a 64 anos e muitos estão em vias de se aposentar, ao passo que o número de trabalhadores com até 34 anos vem declinando. “A quantidade média de pessoas por estabelecimento se reduziu, porque os filhos estão saindo e não está havendo reposição”, comenta Antônio Florido, coordenador do Censo Agropecuário do IBGE. “Se continuar essa redução, muitos desses produtores vão parar as atividades, porque não têm força de trabalho nem renda para contratar”.

Já as ecovilas acabam sendo um perfil bem diferente. A maioria delas não é baseada na agricultura como atividade econômica principal, como esclarece Maria Accioly. “São em geral famílias de classe média e classe média alta, com dinheiro para comprar uma terra e investir ou trabalham com outras coisas, até trabalho remoto. A agricultura no Brasil é extremamente desvalorizada para o pequeno produtor”. ■

Permacultura

É um conjunto de práticas agrícolas e humanas integradas de forma sustentável, com o objetivo de utilizar a terra e seus recursos sem desperdício ou poluição, com consumo mínimo de energia, reunindo conhecimentos tradicionais e as modernas tecnologias. Os permacultores enunciam três princípios éticos básicos: o cuidado com a terra, o cuidado com as pessoas, e a partilha justa.



cinema

DENTRO E FORA DAS SALAS

texto Adelina Bracco e Pedro Renaux

fotos Camerindo Ferreira Máximo/Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, Jonathan Lins e Licia Rubinstein design Simone Mello

Desde a invenção do cinematógrafo pelos irmãos Lumière, em 1895, o que conhecemos atualmente por cinema já passou por provações ao longo de sua história. Por ser um meio de comunicação para as massas e fruto de um trabalho coletivo, ele já foi visto com desconfiança por algumas camadas da sociedade, que o acusavam de uma suposta ausência de atributos artísticos e de uma linguagem simples. De lá para cá, a consolidada sétima arte respondeu com atualizações nas formas exibição e na relação com o público, dentro e fora das tradicionais salas escuras.

Se o cinema podia ser resumido a filmes de longa-metragem, produzidos em película, que seguiam um processo próprio, a cena contemporânea mudou essa definição, como explica a doutora em Comunicação e Cultura e professora da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, Simone do Vale: “agora que tudo é *bit*, que tudo é digital, não tem mais uma diferença antológica na questão da pró-

pria origem da forma cinema”. Mesmo com essas mudanças, a produção cinematográfica segue marcada por processos industriais, que não diminuem em nada a sua potência como arte: “nem só o autoral, nem só o de bilheteria. O cinema tem várias vocações. Entreter não é um pecado, não compromete a arte”.

Ainda que essa discussão persista, a evolução tecnológica permite outras problematizações. Simone diz que, apesar da popularização das plataformas digitais, que transmitem filmes via transferência de dados (*streaming*), o cinema segue relacionado ao circuito das salas de exibição: “quando a gente assiste a um filme na internet, você sabe que não está vendo cinema, porque você não está na sala, com a tela, junto com uma plateia, em uma sala escura. A experiência é o que define, cinema é aquilo que você experimenta na sala de exibição”, sintetiza.

Antes de chegar às plataformas digitais, as próprias

salas passaram por adaptações. Se antes havia um projetor para cada ambiente, por ser economicamente mais viável, essa forma convencional de assistir aos filmes foi otimizada, sob a perspectiva comercial, pelas salas *multiplex*, em que um único aparelho é capaz de transmitir filmes diferentes para mais de um espaço.

De acordo com dados da Agência Nacional do Cinema (Ancine), o país tinha 3.223 salas em 2017, com a quase totalidade, 89,3%, localizada em shopping centers. A professora acredita que a diminuição dos cinemas de rua é uma tendência global relacionada à especulação imobiliária e às crises que essa indústria sofreu ao longo do tempo. Moradora de Niterói (RJ), ela diz ainda se lembrar de “quando as pessoas saíam em peregrinação pelas ruas, como a Coronel Moreira César, paralela à quadra da praia de Icaraí, onde havia um cinema por quarteirão”.

O professor do curso de Jornalismo Cultural da Uni-

Recanto paulista

Em São Paulo, o Cine Olido é um exemplo de resistência e de adaptação a essa nova realidade. Inicialmente com mais de 1.300 lugares, a sala passou por várias reformas até ficar limitada a 236 poltronas vermelhas, a mesma cor do passado. Mesmo com as mudanças estruturais, o espaço recebe apoio do poder público municipal e integra o projeto Circuito Spcine, que oferece ingressos gratuitos e a preços populares, com uma programação que muda constantemente e inclui um filme nacional, tudo para estimular a formação de uma clientela cativa do centro paulista.

versidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Fábio Iorio, defende que a experiência do cinema ainda é diferente das demais, com o seu espaço e o seu lugar, mesmo que as salas estejam em áreas de consumo: “para você ir até um lugar ver um filme, gastar dinheiro, você faz disso um grande acontecimento. Por isso que dentro do shopping há mais apelo, porque as pessoas vão até lá por um conjunto de motivos, não é apenas pelo cinema”.

EM SÃO PAULO, TENDÊNCIAS E TRADIÇÕES

A capital paulista reúne a maior quantidade de salas entre as cidades brasileiras, com um total de 347, as quais 87,6% em shoppings, segundo a Ancine. Sinal dos tempos, um cinema localizado em um centro comercial a céu aberto no Itaim Bibi oferece seis salas digitais, poltronas espaçosas e reclináveis, com distância maior umas das outras, menos lugares por sala e bandeja retrátil para apoiar as guloseimas. Na bombonière, o cardápio inclui pipoca com sabor, cerveja e sorvete. “É um público ávido por conforto, luxo e

exclusividade. Além disso, é um hábito de consumo vir ao cinema e depois sair para jantar”, diz a gerente de marketing da rede, Patricia Cotta.

A mudança no formato de transmissão foi acompanhada de uma nova dinâmica na recepção do público e na motivação de ir ao espetáculo. Os diferenciais oferecidos pelas ditas salas *vip* e a promessa de diversão podem competir com a própria narrativa dos filmes. “Estamos vendo agora o que os franceses viram em 1895, 1896, que é o cinema de atrações [que buscava surpreender o espectador], que sempre permeou a história do cinema”, diz Simone, otimista com as novas experiências, como as poltronas que vibram e a exploração dos sentidos, a partir de elementos como movimento, água, cheiro, vento e iluminação: “alguém que não pode ver ou escutar pode experimentar a narrativa com toda essa mecânica. O importante é que a experiência de ir ao cinema seja preservada”.

ALTERNATIVAS PARA UM ACESSO AINDA LIMITADO

Seja para entreter, seja para fazer pensar, a experiência de ir ao cinema ainda é restrita

a 10,4% dos municípios do país, de acordo com o suplemento 2014 de Cultura do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), pesquisa do IBGE cuja nova edição foi a campo em 2018. A gerente da Munic, Vânia Pacheco, diz que o questionário é respondido pelo gestor local de políticas culturais e precisou passar por adaptações, uma vez que os cinemas, em sua maioria, não são municipais: “de uns tempos para cá, um estabelecimento passou a ter quatro, cinco salas. O gestor público não é obrigado a ter conhecimento dessa quantidade, então perguntamos as principais formas de fomento”.

De acordo com a pesquisa do IBGE, dos 5.570 municípios do país, 22,4% promoviam diretamente ou apoiavam financeiramente festivais ou mostras de cinema, como é o caso de Penedo (AL). Desde 2016, lá ocorre o Circuito Penedo de Cinema, que, com apoio do poder público e de outros parceiros, reúne um festival de cinema brasileiro, um festival universitário, um encontro regional e uma mostra ambiental.

A relação dos penedenses com o cinema remonta ao pas-



Jonathan Lins

sado, em particular os anos de 1975 a 1982, quando o município, então com 37.442 pessoas, segundo o Censo 1980, recebeu oito edições do Festival do Cinema Brasileiro: “para se ter uma ideia, Cacá Diegues lançou ‘Bye, Bye, Brazil’ aqui. Não foi em nenhuma grande capital, foi no interior de Alagoas, em uma cidade que já teve um cinema para mil espectadores”, conta o coordenador geral do Circuito, Sérgio Onofre.

Quando ele e sua equipe chegaram à cidade, em 2006, Penedo possuía apenas um equipamento cultural, o Teatro Sete de Setembro, o que o motivou a pensar em

alternativas: “começamos com uma ação cineclubista em 2008, com o cinema na rua. Depois passamos por seis edições do festival universitário. Em 2016, já com acúmulo de experiência, chamamos de volta o antigo Festival do Cinema Brasileiro”. Além de permitir à população voltar às salas de exibição, Sérgio tem no Circuito um projeto ambicioso: “trabalhamos também com a formação profissional em um laboratório-escola, com produção e pesquisa, e com a exibição, que é a fruição do produto final. A previsão é abriremos um curso de graduação para fecharmos essa cadeia que é o cinema”. ■

Renovando a tradição

No interior de Alagoas, a relação do município de Penedo com o cinema é antiga. A cidade já foi sede de oito edições do Festival do Cinema Brasileiro e chegou a ter um cinema para mil espectadores.



Lícia Rubinstein

IBGE de Gilson e Garcia

texto Mônica Marli
design Simone Mello
foto Lícia Rubinstein

Os angolanos Gilson Domingos e Garcia Neto participaram da última edição do Curso de Desenvolvimento em Habilidades de Pesquisa (CDHP), oferecido pelo IBGE. Além das aulas, eles também viveram a experiência de realizar uma pesquisa domiciliar no Brasil.

“Tive contato de forma direta com a população, com o brasileiro, e nas vestes do IBGE! Muitas pessoas se surpreenderam ao ver um angolano fazendo uma pesquisa do instituto. Penso que elas, assim como eu, ficaram com uma boa imagem, ao saber que o IBGE dá a outros países a oportunidade de aprender a metodologia de pesquisa que adota”. (Gilson)

“Para mim, o dia mais marcante foi quando estávamos em uma casa que se recusava a responder a pesquisa, mas quando perceberam que eu era angolano tudo mudou. A mãe, emocionada, dizia que queria muito conhecer a Angola, porque o avô dela era angolano e tinha sido escravo no Brasil. Aquilo também me emocionou muito!” (Garcia)

#ibge

referência: novembro 2018

 agenciadenoticias.ibge.gov.br


 [@ibgecomunica](https://twitter.com/ibgecomunica)

 [/ibgeoficial](https://facebook.com/ibgeoficial)

 [@ibgeoficial](https://instagram.com/ibgeoficial)

 [/ibgeoficial](https://youtube.com/ibgeoficial)



95.329
pessoas alcançadas 

 **15.085**
envolvimentos


1.198 
compartilhamentos

GRÁFICO PNAD CONTÍNUA

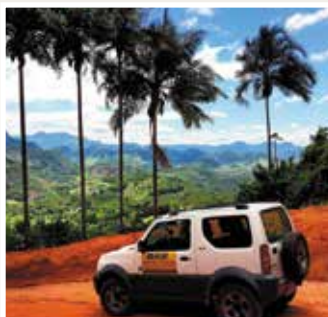
Hoje o Brasil tem um diagnóstico mais completo sobre o mercado de trabalho. Veja na imagem as subdivisões do mercado de trabalho de acordo com as classificações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Veja mais: bit.ly/2Bo0M2B

 **1.119**
curtidas

 **30**
comentários

 **11.541**
pessoas alcançadas



#IBGEEMCAMPO

Hoje é dia de #IBGEemCampo! O @waribeiro.s esteve no distrito de Estrela do Norte, em Castelo (ES), fazendo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, e clicou essa linda paisagem! Arrasou na foto! Obrigado por compartilhar com a gente!

#IBGE #cidadania #natureza #pesquisa #trabalhodecampo #paisagem


Veja mais: bit.ly/2SV4b02

Notícia mais lida



ESCASSEZ DE RECURSOS HUMANOS NO IBGE AMEAÇA A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O PAÍS

Desde 2008, o IBGE perdeu mais de 2.400 servidores, o equivalente a um terço do total. Essa crise ameaça todo o plano de trabalho do Instituto, incluindo a realização do Censo Demográfico 2020, que já se encontra em planejamento.

 **6.286**
acessos

Veja mais: bit.ly/2BoU01y

